

Oleon Brasil S.A.

CNPJ nº 61.278.875/0001-44

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA						
Ativo	Nota	2025	2024	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2025	2024	Capital Reserva	Reserva	Total	Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2025	2024
Circulante				Circulante				Nota	social	legal	Reserva			
Caixa e equivalentes de caixa	4	31.709	20.568	Fornecedores	11	8.465	8.018	1.200	-	138.425	139.625	Lucro do exercício antes do IRPJ e da CSLL		
Contas a receber	5	49.078	55.118	Juros sobre capital próprio	15.b)	2.287	2.113	-	-	29.221	29.221	Ajustes para reconciliar o lucro do exercício:	17.846	41.344
Estoque	6	42.434	44.001	Impostos e contribuições	12	2.508	2.665	-	-	-	-	Depreciação e amortização	9	3.608
Impostos a recuperar	7	1.143	606	Obrigações trabalhistas	13	3.981	3.185	-	-	-	-	Prov. (reversão) para perdas de crédito esperadas	5	(51)
Despesas antecipadas		331	86	Passivos de arrendamento	10	408	-	-	-	-	-	Provisão (reversão) para riscos	14	143
Partes relacionadas	19	43	-	Outras obrigações	138	313	-	-	-	-	-	Provisão para perda nos estoques	6	818
Outros ativos		1.402	159	Total do passivo circulante	17.787	16.294						Resultado com alienações ou baixa de ativo imobilizado	-	(1)
Total do ativo circulante		126.140	120.538	Non circulante								IRPJ e CSLL diferidos	8	(848)
Non circulante				Provisão para demandas judiciais	14	816	673					Outros	-	(247)
Realizável a longo prazo				Dividendos	15.b)	3.776	-					Variação nos ativos operacionais:		
Depósitos judiciais	14	133	113	Passivos de arrendamento	10	1.632	-					Contas a receber	6.091	(4.785)
IRPJ e CSLL diferidos	8	848	-	Total do passivo não circulante	6.224	673						Estoques	749	3.224
Total do ativo realizável a longo prazo		981	113	Patrimônio líquido								Impostos a recuperar	312	(243)
Imobilizado	9	34.434	30.710	Capital social	15.a)	124.401	124.401					Despesas Antecipadas	(245)	(81)
Direito de uso	10	2.040	-	Reserva legal		2.095	1.461					Outros ativos	(1.286)	(48)
Intangível		737	-	Reserva de lucros		13.825	8.532					Depósitos judiciais	(20)	(62)
Total do ativo não circulante		38.192	30.823	Total do patrimônio líquido		140.321	134.394					Variação nos passivos operacionais:		
Total do ativo		164.332	151.361	Total do passivo e do patrimônio líquido		164.332	151.361					Fornecedores	446	3.477

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
Receita líquida	Nota	2025	2024
Custo dos produtos vendidos	16	326.298	342.055
Lucro bruto	17	(291.439)	(292.888)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	17	17.522	37.714
Despesas financeiras	18	(3.719)	(2.143)
Resultado financeiro, líquido	324	3.630	3.630
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	17.846	41.344	
IRPJ e CSLL	8	(6.010)	(12.123)
Corrente	8	848	-
Diferido	8	848	-
Lucro líquido do exercício	12.684	29.221	
Lucro básico diluído por ação:			
Ação em circulação	15.a)	1.200	1.200
Lucro básico e diluído por ação - R\$	15.c)	10,5699	24,3505

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES			
Outros resultados abrangentes	2025	2024	
Resultado abrangente total do exercício	12.684	29.221	

4. Caixa e equivalentes de caixa:			
	2025	2024	
Caixa e bancos	24	23	
Aplicações financeiras	31.685	20.545	
Total	31.709	20.568	

5. Contas a receber:			
	2025	2024	
Mercado interno	42.381	48.723	
Mercado externo	7.114	6.863	
Provisão para perdas esperadas de créditos	(417)	(468)	
Total	49.078	55.118	

6. Estoques:			
	2025	2024	
Materia prima	22.421	19.366	
Materia prima em poder de terceiros	2.575	-	
Materia de embalagem	613	1.311	
Produto acabado	11.413	19.487	
Adiantamento a fornecedores	6.230	3.837	
Provisão para perda nos estoques	(818)	-	
Total	42.434	44.001	

7. Impostos a recuperar:			
	2025	2024	
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	41	454	
ICMS sobre ativo imobilizado	130	136	
Imposto de importação a compensar	182	-	
PIS a compensar	43	-	
COFINS a compensar	196	-	
ICMS a compensar	551	16	
Total	1.143	606	

8. IRPJ e CSLL - IRPJ e CSLL - Corrente:			
	2025	2024	
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	17.846	41.344	
Alíquota nominal de IRPJ e CSLL	34%	34%	
IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(6.068)	(14.057)	
Efeito das adições e exclusões:			
Despesas indedutíveis	(107)	(246)	
Multas indedutíveis	(1)	(308)	
Efeito dos juros sobre capital próprio	915	2.457	
Outras exclusões/adições, líquidas	56	(11)	
Demais ajustes	24	24	
Incentivo fiscal - Programa de alimentação do trabalhador (PAT)	19	18	
Total	(5.162)	(12.123)	
Corrente	(6.010)	-	
Diferido	848	-	
Total	(5.162)	-	
Alíquota efetiva	28,93%	29,32%	

1. Contexto operacional: Oleon Brasil S.A. ("Sociedade") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro Avenida Paulista, nº 37, Conjunto n° 92, 9º andar do Edifício Parque Cultural Paulista, Bela Vista, CEP 01311-902. Teve início de suas atividades em 24/06/1965, tendo como objeto social a extração, fabricação e comercialização de óleos vegetais em bruto e refinados e seus derivados, os quais podem ser utilizados, entre outras aplicações, como ingredientes na fabricação de alimentos (exceto armazém e guarda-móveis), bem como a participação com sócia no capital social de outras sociedades. Em 30/09/2024, a Companhia passou a ser controlada pela empresa Oleon Comércio de Oleoquímicos Ltda, que adquiriu 85% das ações da Companhia. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 09/04/2026. **2. Base de elaboração das demonstrações financeiras:** **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data da transação. **2.3. Continuidade operacional:** A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Sociedade possuirá recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras. **2.4. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados em reais (R\$), moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia opera. **3. Resumo das principais políticas contábeis materiais:** As práticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **a) Apreciação de resultado e reconhecimento de receita:** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais concedidos ao comprador e outras deduções similares, se houver. As receitas de venda de produtos e revenda de mercadorias são reconhecidas quando satisfaz a obrigação de desempenho através da transferência do controle de um bem ou de um serviço prometido a um cliente (que é quando o cliente obtém o controle do bem ou do serviço). Como ponto de controle a Companhia ficará atenta ao longo da venda de produtos para os referidos itens: • Mensuração da receita com confiabilidade. • É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia. • Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade. São reconhecidos quando os produtos são entregues e a propriedade legal é transferida. As demais receitas, despesas e custos são reconhecidos quando incorridos e/ou realizados de acordo com o regime de competência. O resultado inclui os rendimentos, os encargos e as variações monetárias e cambiais, a índices e taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes e, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de sua realização. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros que estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Os montantes são registrados pelos valores de custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras e têm vencimentos inferiores a 90 dias, não excedendo o seu valor de mercado ou de realização. **c) Estoques:** Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, o qual não excede o valor realizável líquido, incluindo as provisões para cobrir as eventuais perdas. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. As importações em andamento e os adiantamentos a fornecedores são demonstrados ao custo acumulado de cada importação/adiantamento. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e das despesas de vendas. **d) Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação calculada pelo método linear. Quando há evidência de não recuperação do valor investido nos bens, é reconhecida a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas conforme as disposições do pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Em 31/12/2025 e em 2024, não foram identificados ativos que necessitassem de provisão para redução ao seu valor de recuperação. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso. A Companhia realizou avaliação de seus ativos imobilizados e não identificou a necessidade de revisão dos valores registrados. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **e) Provisões:** São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa do montante requerido para liquidar a obrigação nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Para os casos de riscos tributários, civis e trabalhistas, quando necessária, a provisão é constituída para as causas cujas probabilidades de perda são consideradas prováveis pelos assessores jurídicos e pela Administração da Companhia, considerando a natureza dos processos e a experiência da Administração em causas semelhantes conforme descrito na nota explicativa nº 13. Os assuntos classificados como obrigações legais encontram-se provisionados, de forma independente do desfecho esperado de causas que os questionem. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **f) IRPJ e CSLL:** A provisão para IRPJ e CSLL está baseada no lucro real tributável do exercício trimestral. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O lucro real é calculado alíquota de IRPJ de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 24, e a da CSLL de 9% sobre o lucro tributável. Os efeitos do IRPJ e da CSLL diferidos são calculados pelo método do passivo

sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. O IRPJ e a CSLL diferidos são determinados usando as alíquotas de imposto promulgadas nas datas de encerramento dos exercícios, que devem ser aplicadas quando o IRPJ e a CSLL diferidos ativos forem realizados ou quando o IRPJ e a CSLL diferidos passivos forem liquidados. **g) Instrumentos financeiros básicos e outros instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a companhia tenha aplicado o expediente prático, a companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa oficial da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. Para instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a companhia aplica a simplificação do baixo risco de crédito permitida. Em cada data de reporte, a companhia avalia se o instrumento de dívida é considerado como de baixo risco de crédito usando todas as informações razoáveis e passíveis de fundamentação que estejam disponíveis. Ao fazer tal avaliação, a companhia reavalia a classificação de risco de crédito interna do instrumento da dívida. A companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplência quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 180 dias. No entanto, em certos casos, a companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplência quando informações internas ou externas indicam ser improvável a companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto e instrumentos financeiros derivativos. A companhia classifica passivos financeiros que surgem de acordos de financiamento (risco sacado, forfait etc.) com fornecedores e fornecedores e outras contas a pagar no balanço patrimonial se eles tiverem natureza e função semelhantes às contas a pagar. Esse é o caso se o acordo de financiamento com fornecedores fizer parte do capital de giro usado no ciclo operacional normal da companhia, o nível de segurança fornecido for semelhante às contas a pagar e os termos dos passivos que fazem parte do acordo de financiamento da cadeia de suprimentos não forem substancialmente diferentes dos termos das contas a pagar que não fazem parte do acordo. Os fluxos de caixa relacionados a passivos decorrentes de acordos de financiamento com fornecedores que são classificados em Fornecedores e outras contas a pagar no balanço patrimonial individual e consolidado são incluídos nas atividades operacionais no balanço patrimonial individual e consolidado. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. **Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:** A companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 01/01/2025 (exceto quando indicado de outra forma). A companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão**

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 17/06/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Table with multiple columns: 2025, 2024, 2023, 2022, 2021, 2020. Rows include: 9. Imobilizado, 10. Direito de uso e passivo de arrendamento, 11. Fornecedores, 12. Impostos e contribuições, 13. Obrigações trabalhistas, 14. Provisão para demandas judiciais, 15. Patrimônio líquido, 16. Receita líquida de vendas, 17. Custos e despesas operacionais - por natureza, 18. Resultado financeiro, 19. Partes relacionadas.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Aos administradores e acionistas da Oleon Brasil S.A., São Paulo - SP.
Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Oleon Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31/12/2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes: As demonstrações contábeis da Oleon Brasil S.A. para o exercício findo em 31/12/2024, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado de 24/04/2025, sem modificação. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Contudo, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 09/04/2026. ERNST & YOUNG Auditores Independente S/S Ltda., CRC-SP-034519/0. Vanessa Martins Bernardi, Contadora, CRC-SP 1SP244.569/0-3



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 17/06/2026
Acesse a página de Publicações Legais no site do ICP Brasil
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

